

Relatório n. 015/18/CFOAB/CTL

Cliente: Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Goiás – OAB/GO

Assunto: Relatório Parcial da Controladoria do Conselho Federal sobre as Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2017 e Gestão Operacional

**1 – RELATÓRIO PARCIAL DA CONTROLADORIA DO CONSELHO
FEDERAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**RELATÓRIO PARCIAL DA CONTROLADORIA DO CONSELHO
FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

À Diretoria e Conselheiros

Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Goiás – OAB/GO

Goiânia - GO

Examinamos as Demonstrações Contábeis (parciais) da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Goiás – OAB/GO, CNPJ n. 0265647597/0001-52, CNAE 84.11-6-00 Administração Pública em Geral e Natureza jurídica 399-9 (Associação Privada), que compreendem o Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração dos Fluxos de Caixa; e as Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras Levantadas em 31 de dezembro de 2017, assim como o resultado das principais práticas contábeis, elaboradas sob a responsabilidade da Administração.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da entidade, composta pelo Presidente Dr. Lúcio Flávio Siqueira de Paiva (OAB/GO 20.517), Vice-Presidente Dr. Thales José Jayme (OAB/GO 9.364), Secretário Geral Dr. Jacó Carlos Silva Coelho (OAB/GO 13.721), Secretárias Geral Adjuntas Dr^a. Simone Oliveira Gomes (OAB/GO 18.226 até .13.10.16) e Delzia Santos Menezes (OAB/GO 18.579 a partir de 09.11.16 e o Diretor Tesoureiro Dr. Roberto Serra da Silva Maia (OAB/GO 16.660) e demais alterações de composição havida no exercício, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Contábeis e as normas do Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis ao Sistema OAB e Seccionais, livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores da Controladoria do Conselho Federal

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis e a interpretação dos resultados operacionais no exercício que elas refletem, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorções relevantes.



Gerência de Controladoria

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considerou os controles internos relevantes para elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis da entidade, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não, para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade, exceto quanto as ressalvas apresentadas, nos pontos julgados necessários, que visam o aprimoramento do controle interno. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião que pode servir de base para julgamento das contas da entidade, tanto pelo seu Conselho Pleno, quanto pelo colegiado da Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

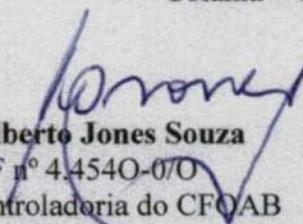
Fatos Constatados

Os fatos foram destacados nos pontos “3.12” e “5. – RECOMENDAÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DO CONTROLE INTERNO que podem, indubitavelmente, contribuir para o fortalecimento da consistência das demonstrações contábeis.

Opinião

Em nossa opinião, de acordo com os fatos constatados, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e os resultados econômicos apontados da **Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Goiás – OAB/GO**, em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e observância da legislação pertinente ao Sistema OAB, uma vez que carecem de fechamento final.

Goiânia – GO, 18 de maio de 2018


Contador **Alberto Jones Souza**
CRC-DF nº 4.4540-0/0
Gerente da Controladoria do CFOAB

2 – DEMONSTRAÇÕES LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

- 2.1 – Balanço Patrimonial;
- 2.2 – Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício;
- 2.3 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- 2.4.- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- 2.5 – Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras Levantadas em 31 de dezembro de 2017.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DE GOIÁS – OAB/GO
CNPJ: 02.556.759/0001-52

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2017

2.1 – BALANÇO PATRIMONIAL
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS – R\$ 1,00)

A T I V O	2017	2016	P A S S I V O	2017	2016
CIRCULANTE	18.307.066	14.035.337	CIRCULANTE	20.679.831	19.445.532
Disponibilidades	2.107.551	1.175.238	Pessoal/Encargos /Provisões	1.019.291	994.564
Cheques em Cobrança	169.473	146.576	Consignações/Parcelam.	464.892	433.641
Contribuições Anuidades	14.465.323	11.160.458	Fornecedores	1.042.548	1.006.494
Imp. Taxas a Recuperar	71.452	6.610	Obrigações Estatutárias	9.641.736	11.630.197
Adiant. Terceiros	204.129	317.299	Obrigações Financeiras	5.713.995	2.654.179
Outros Créditos	25.447	23.101	Prov. Conting. Trabalhista	87.160	95.160
Dep. Judiciais	114.857	57.221	Outras Obrigações	2.710.209	2.631.297
Títulos a Receber	1.148.834	1.148.834			
NÃO CIRCULANTE	34.734.443	33.462.017	NÃO CIRCULANTE	500.122	3.516.204
Realiz. A Longo Prazo	0	0	Financiamentos	0	2.777.194
Aplicações	0	0	Impostos e Taxas	500.122	722.370
			Fornecedores/Ed. Fórum	0	16.640
Permanente	34.734.443	33.462.017	Soma do Passivo Real	21.179.953	22.961.736
Investimentos	724.237	635.006			
Bens Móveis	8.472.404	7.786.150	Patrimônio Líquido	31.861.556	24.535.618
Bens Imóveis	17.423.908	17.348.408	Superavit Exerc. Anteriores	24.535.618	18.504.747
Imob. em Andamento	7.948.246	7.397.140	Superavit do Exercício	7.396.550	5.379.373
(-) Deprec./Amortização	296.306	166.641	Ajustes Exercícios Anteriores	-70.612	651.498
Intangível	461.954	461.954			
Softwares/Bibl. Digital	461.954	461.954			
ATIVO TOTAL	53.041.509	47.497.354	PASSIVO TOTAL	53.041.509	47.497.354

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DE GOIÁS – OAB/GO
CNPJ: 02.556.759/0001-52

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2017

2.2 – DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS – R\$ 1,00)

A T I V O	2017	2016	% 2017/2016
RECEITAS	44.302.203	38.776.194	114,25
RECEITAS OPERACIONAIS ORDINÁRIAS	31.042.040	27.998.384	110,87
Anuidades do Exercício	27.093.017	24.742.439	109,50
Anuidades de Exercícios Anteriores	0	0	#DIV/0!
Juros e Correções Sobre Anuidades	603.655	157.590	383,05
Multas Sobre Anuidades	81.410	35.100	231,94
Taxas e Emolumentos	2.504.001	2.132.505	117,42
Multa Disciplinar	35.565	33.555	105,99
Inscrições Exame de Ordem	724.392	897.195	80,74
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	13.260.163	10.777.810	123,03
Recuperação de Despesas	1.921.774	2.942.490	65,31
Auxílio Financeiro	7.439.454	7.717.854	96,39
Outras Receitas/Inscrições/Fotocópias/	3.612.167	117.466	3075,07
Contribuições e Doações	286.768	0	#DIV/0!
DEDUÇÕES DAS RECEITAS (CONTRIBUIÇÕES)	10.005.151	9.081.135	110,18
(-) Conselho Federal	2.688.595	2.437.472	110,30
(-) CASAG	4.917.016	4.874.945	100,86
(-) Fundo Cultural	806.579	731.232	110,30
(-) FIDA	537.719	487.494	110,30
(-) Cancelamentos Anuidades	762.939	517.369	147,47
(-) Outras Deduções da Receita	292.303	32.623	896,00
TOTAL DAS RECEITAS LÍQUIDAS	34.297.052	29.695.059	115,50
DESPESAS ORDINÁRIAS	25.955.723	23.258.613	111,60
(-) Pessoal e Encargos	12.744.429	12.729.492	100,12
(-) Outras Despesas Operacionais	13.211.294	10.529.121	125,47
RESULTADO OPERACIONAL	8.341.329	6.436.446	129,60
RESULTADO FINANCEIRO	-944.679	-1.057.073	89,37
Receitas Financeiras	378.668	196.041	193,16
(-) Despesas Financeiras	1.323.347	1.253.114	105,60
SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	7.396.650	5.379.373	137,50

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DE GOIÁS – OAB/GO
CNPJ: 02.556.759/0001-52

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

2.3 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS – R\$ 1,00)

Em Milhares de R\$	Saldo
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	24.535.618
Resultante do Período	7.396.550
Ajustes de Exercício anteriores	-70.612
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	31.861.556
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	31.861.556



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DE GOIÁS – OAB/GO
CNPJ: 02.556.759/0001-52

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE
2017

2.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS – R\$ 1,00)

Em Milhares de R\$	2017	2016
SUPERAVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	7.396.550	5.439.838
AJUSTES	-70.612	591.033
Ajustes de Exercícios Anteriores	-70.612	-1.196.686
Depreciação e Amortização	-	154.971
Despesas com Provisão (para Perdas e Contingências)	0	712.974
Duodécimos a Pagar	0	919.774
RESULTADO AJUSTADO	7.325.938	6.030.871
REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS	-3.339.417	-3.834.166
Valores a Receber	-3.304.865	-2.578.311
Outros Créditos	-32.206	-1.232.755
Despesas Pagas antecipadamente	-2.346	-23.101
REDUÇÃO (AUMENTO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS	-2.064.405	-1.646.254
Fornecedores	19.413	-1.219.119
Obrigações Trabalhistas	-190.996	778.087
Obrigações Trabalhistas	24.727	-2.172.367
Outras Obrigações	78.912	2.009.768
Repasses Estatutários	-1.988.460	-324.477
Provisões de contingência	-8.000	-718.147
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DA ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.922.117	550.450
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-1.272.426	-2.613.784
Por Aquisição de Investimentos	-89.231	-77.536
Por Aquisição de Ativos Imobilizados	-1.183.195	-2.536.248
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	282.623	1.531.874
Financiamentos e Empréstimos	282.623	1.531.874
ACRÉSCIMO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	923.313	-531.460
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES		
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	1.175.238	1.706.698
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do período	2.107.551	1.175.238
SUB TOTAL	932.313	-531.460
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES	932.313	531.460

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL DE GOIÁS – OAB/GO
CNPJ: 02.556.759/0001-52

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE
2017

2.5 – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES
AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS – R\$ 1,00)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Ordem dos Advogados do Brasil Seção de Goiás – OAB/GO, faz parte do Sistema CFOAB/Seccionais regida pela Lei 8.906/94, possui personalidade jurídica e forma federativa, tem por finalidade básica, nos termos da legislação em vigor, defender a Constituição Federal, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas, promover a representação, defesa, a seleção e a disciplina dos advogados no Estado de Goiás. Possui representações nas principais cidades do Estado através de 48 Subseções (02 delas em 2016 Jaraguá e Palmeiras), com cerca de 39.215 inscrições (35.936 advogados, 1.165 estagiários e 2.114 suplementares) e 105 salas e delegacias.

2. – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, PRINCÍPIOS
CONTÁBEIS, NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Orçamentárias emanadas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, aplicáveis ao Sistema CFOAB/Seccionais, notadamente o Provimento nº 101/03, as Normas do Conselho Federal de Contabilidade e, ainda, os preceitos contidos na ITG-2002 (parte).

3. – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 – Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são ajustados aos seus valores prováveis de realização ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.2 – Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são registrados pelos seus valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do Balanço.

D

3.3 – Contribuições Estatutárias

As contribuições estatutárias são devidas ao Fundo de Integração e Desenvolvimento do Advogado – FIDA (2%), Fundo Cultural (3%), Conselho Federal (10%) e Caixa de Assistência dos Advogados do Estado de Goiás (20%), incidentes sobre as receitas de contribuições, constituídas nos termos dos artigos 56 e 57 do Regulamento Geral e são apuradas e registradas pelo método indireto de apropriação, uma vez que a entidade recebe sua parte pelo valor líquido (65%), fato que pode gerar pequenas distorções nos registros contábeis.

3.3.1 – No exercício em curso, como aporte do Conselho Federal no processo de recuperação da Seccional, as cotas estatutárias deste foram reduzidas para 5,0%, nos termos da deliberação de sua diretoria.

3.4 – Apuração do Resultado do Exercício

As receitas e despesas foram apuradas pelo sistema de competência. A parte inadimplida da receita tem o direito registrado no ativo financeiro; não houve o provisionamento de “devedores duvidosos”, fato que interfere no resultado, mitigando um possível resultado adverso. O resultado do exercício é destacado no patrimônio líquido para melhor visualização da movimentação havida.

3.5 – Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Sobre o Lucro não são devidos, em virtude de a OAB/GO gozar de imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços, conforme disposto no artigo 150, § 2º da Constituição Federal, combinado com o § 5º do art. 45 da Lei Federal n. 8906/94, de 4 de julho de 1994.

3.6 - Disponibilidades

Disponibilidades em bancos de acordo com o razão em 31.12.2017			
Banco - Contas	Vr Aplicado	Disponível	Total R\$
Caixa Geral	0,00	19.721,12	19.721,12
Caixas - Subseções (58 contas)	0,00	89.634,24	89.634,24
Bco Brasil C/C- 19101-9 Seccional	151.859,50	5.178,31	157.037,81
C.E.F. C/C-32255-8 Seccional	2.977,34	13.809,27	16.786,61
Cedijur C/C-33-7 Seccional	61,13	405.708,18	405.769,31
Cedijur C/C-2247-0 Seccional	0,00	1.837,15	1.837,15
Santander C/C-53.000002-6	0,00	73.314,88	73.314,88
Credijur C/C- CEL (02 contas)	0,00	5.035,66	5.035,66
Bco Brasil C/C- Subseções (18/44 contas)	290.371,68	576.633,77	867.005,45
Credijur C/C-2566-6 Aparec. Goiânia	0,00	319,58	319,58
C. E. F. - C/C-2.263-3 (Ap. Goiânia)	0,00	2.270,16	2.270,16
C.E.F. C/C-2275-5 Jaraguá	0,00	8.221,13	8.221,13
SICCOB C/C-3060-0 Palm. Goiás	0,00	1.300,51	1.300,51
Credijur C/C- 00525-8 (ESA)	0,00	459.297,26	459.297,26
Depósito Bloqueado	0,00	0,00	0,00
Total	445.269,65	1.662.281,22	2.107.550,87

3.6.1 As disponibilidades acima se referem aos saldos existentes em 31 de dezembro devidamente conciliados e o caixa referente aos saldos existentes junto às Subseções por valores não comprovados nas respectivas prestações de contas; consta saldos elevados em contas correntes junto à Credijur.

3.6.1.1 O Caixa da Sede, além de receitas de serviços, registra recebimentos de acordos via cartão de crédito, fato que contribui para o elevado saldo existente.

3.6.2 Encontra-se em processamento as análises das prestações de contas que, certamente reduzirão o saldo acima, com a transferência dos valores para os diversos grupos de despesas.

3.7. – Realizável em Curto Prazo

3.7.1 Cheques em Cobrança e Anuidades a Receber

Valores a Receber	2017	2016
Cheques em Cobrança (1)	169.437	146.576
Anuidades a Receber (2)	14.499.559	11.160.458
TOTAIS	14.668.996	11.307.034

(1) Cheques devolvidos em Tesouraria R\$ 44.169,79, no Jurídico R\$ 60.921,98 e Cheques a Receber R\$ 64.381,60 (pré-datados);

(2) Anuidades de 2017 R\$ 7.603.971,28, exercícios anteriores R\$ 6.316.883,76, Juros sobre anuidades exercícios anteriores R\$ 520.808,03 e multas s/anuidades exercícios anteriores R\$ 23.659,44;

3.7.2 Impostos e Taxas a Recuperar

Impostos e Taxas a Recuperar	2.017	2.016
Salário Maternidade	319	0
IRRF s/Folha Pago a Maior (1)	5.661	5.661
CRF s/Terceiros Pagos a Maior (2)	975	949
IRRF s/Terceiros Pagos a Maior	243	0
INSS Recuperar	868	0
ISS a Recuperar	6.364	0
Parcelamento INSS - PERT a Recuperar	57.022	0
TOTAIS	71.452	6.610

(1) Valor originário de exercícios anteriores, sem qualquer consistência para recebimento;

(2) Do total, R\$ 948,67, ve, de exercícios anteriores, sem qualquer consistência para recebimento;

3.7.3 Adiantamentos a Terceiros

Adiantamentos a Terceiros	2017	2016
Cartão de Crédito	165.940	140.008
Créditos contra Terceiros	8.555	0
Adiantamentos a Fornecedores	19.586	175.818
Adiantamentos a Empregados	10.048	1.473
TOTAIS	204.129	317.299

3.7.4 Despesas Pagas Antecipadamente

Despesas Pagas Antecipadamente	2017	2016
Prêmios e Seguros a Apropriar	12.231	18.264
Adiantamentos de Despesas (fundo fixo)	13.216	4.837
TOTAIS	25.447	23.101

3.7.5 Outros Créditos

Outros Créditos	2.017	2.016
Depósitos Judiciais	114.857	57.221
Títulos a Receber/CASAG Cessão Crédito (1)	1.148.834	1.148.834
TOTAIS	1.263.691	1.206.055

(1) Anuidades a receber transferidas para CASAG, para recebimento por esta, e compensação com débitos de cotas estatutárias;

3.8 – Ativo Não Circulante

3.8.1 Investimentos

Valor referente à participação no capital social da Credijur, com recebimento de distribuição (sobras) de R\$ 89.231,31, incorporados ao investimento principal de R\$ 724.237,23.

3.8.2 Imobilizado – Bens Móveis e Imóveis

Os valores são registrados pelo custo de aquisição e, até o exercício, não havia controle consistente da existência e localização dos bens móveis/equipamentos.

Imobilizado - Investimentos/Bens Móveis	2017	2016
Investimentos/Conta Capital/Credijur	724.237	635.006
Móveis e Utensílios	2.835.317	2.458.378
Obras de Arte	9.808	9.808
Máquinas/Equipamentos/Feramentas	3.415.646	3.279.171
Equipamentos de Som e Vídeo	41.871	22.526
Veículos	341.768	194.768
Equipamentos de Informática/Impressoras	7.802	5.260
Equip. Informática/Computadores e Periféricos	1.820.192	1.816.239
Biblioteca	442.168	442.168
TOTAIS	8.914.572	8.228.318

3.8.2.1 Depreciação Acumulada de Bens Móveis

Depreciação Acumulada - Bens Móveis	2017	2016
Móveis e Utensílios	8.578	6.876
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10.183	9.230
Veículos	5.800	5.800
Biblioteca	357	357
Equipamentos de Informática	60.251	52.382
TOTAIS	85.169	74.645

3.8.3 Imobilizado – Bens Imóveis

Imobilizado - Bens Imóveis	2017	2016
Construções em Andamento	7.506.077	6.954.972
Terrenos	484.693	484.693
Edificações	16.845.715	16.845.715
Instalações	93.500	18.000
TOTAIS	24.929.985	24.303.380

3.8.3.1 Depreciação Acumulada de Construções em Andamento

Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	2017	2016
Construções e Reformas em Andamento	36.378	31.354
TOTAL	36.378	31.354

3.8.4 Imobilizado – Bens Intangíveis

Imobilizado - Intangível	2017	2016
Softwares	362.114	362.114
Biblioteca on line	99.840	99.840
TOTAIS	461.954	461.954

3.8.4.1 Depreciação Acumulada de Bens Intangíveis

Depreciação Acumulada - Bens Intangíveis	2017	2016
Software	91.281	27.085
Biblioteca On Line	83.477	33.557
TOTAL	174.758	60.642

3.9 – PASSIVO CIRCULANTE

3.9.1 – Pessoal e Encargos Sociais a Recolher/Provisões



Pessoal Encargos e Provisões	2017	2016
Obrigações com Pessoal	301.008	266.143
Obrigações Sociais	292.541	252.009
Provisões Trabalhistas (1)	425.742	476.412
TOTAIS	1.019.291	994.564

(1) O elevado volume de férias vencidas e aa vencer em R\$ 325.839,73, Provisões s/INSS 13º Salário em R\$ 73.825,28 e Provisões s/FGTS de Férias em R\$ 26.067,41;

3.9.2 Obrigações Tributárias

Obrigações Tributárias	2017	2016
Taxas Municipais	0	1.931
Impostos Retidos (1)	206.275	194.471
Parcelamentos a Pagar (2)	328.173	294.517
(-) Juros a Apropriar s/Parcelamentos (3)	-69.556	-57.278
TOTAIS	464.892	433.641

(1) IRRF s/Terceiros R\$ 7.088,76, CRF s/Terceiros R\$ 14.541,37, ISS s/Terceiros R\$ 72.680,50, INSS s/Terceiros R\$ 109.835,71 e IRRF s/Aluguel R\$ 2.128,97;

(2) Saldo referente a 02 parcelamentos de INSS de exercícios anteriores;

(3) Juros a transcorrer s/parcelamentos de INSS;

3.9.3 Fornecedores Diversos

Fornecedores	2017	2016
Fornecedores Diversos	1.042.548	1.006.494
TOTAL	1.042.548	1.006.494

3.9.4 Obrigações Estatutárias

Cotas Estatutárias	2017	2016
Conselho Federal (1)	1.750.001	828.579
Fundo Cultural (2)	6	172.355
FIDA (3)	1.238.963	1.310.491
CASAG (4)	6.243.184	8.909.190
CASAG - Cessão de Créditos (5)	409.582	409.582
TOTAIS	9.641.736	11.630.197

(1) Percentual reduzido em 50% para o exercício em curso;

(2) Valor a ser revertido em favor da própria Seccional;

(3) Saldo do Exercício e parcelamento da gestão anterior;

(4) Valor a ser compensado com a cessão de crédito para a CASAG realizar a cobrança;

3.9.5 Empréstimos e Financiamentos



Empréstimos e Financiamentos	2017	2016
Credijur Cédula 170982	1.161.525	1.072.176
C. E. F. C/C- 00032255-8	0	452.088
Santander Conta Garantida 00330007130	1.797.123	727.896
Credijur - Consignados	0	1.438
B. R. B. - Consignados	0	3.904
Credijur - Capital de Giro	1.219.724	1.219.724
SICCOB - Cédula 204027	137.024	0
Credijur - Cédula 208894	874.957	0
Credijur - Conta Garantida 203064	1.000.000	0
Empréstimos com Terceiros	10.856	3.914
TOTAIS	6.201.209	3.481.140

3.9.5.1 Juros a Transcorrer sobre Empréstimos e Financiamentos

Juros a Transcorrer s/Empréstimos (-)	2017	2016
Santander Conta Garantida 00330007130	-148.937	-177.072
Cédula - 1709	-122.583	-311.118
SICCOB - Contrato 168196	-130.648	-338.772
SICCOB - Cédula 204027	-10.089	0
Credijur - Cédula 208894	-74.957	0
TOTAIS	-487.214	-826.962

3.9.6 Provisões para Contingências Trabalhistas

Provisões de Contingências Trabalhistas	2.017	2.016
Processos Cíveis e Trabalhistas	87.160	95.160
TOTAL	87.160	95.160

3.9.7 Outras Obrigações

Outras Obrigações	2017	2016
Adiantamentos de Anuidades	12.399	10.715
Contas a Pagar (1)	24.274	57.889
Cheques a Compensar (2)	46.278	8.170
Seguros	0	1.478
Outras Obrigações (3)	2.627.258	2.553.045
TOTAIS	2.710.209	2.631.297

(1) Valor ref. A saldo de aluguel;

(2) Cheques emitidos e ainda não compensados;

(3) Receitas de exercícios anteriores a identificar em R\$ 574.739,14, recebimentos do exercício corrente a identificar R\$ 234.065,44 e, contrapartida dos recebimentos da Cessão de Crédito firmada com a CASAG em R\$ 1.818.065,44;

3.10 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

3.10.1 – Empréstimos e Financiamentos

Não Circulante	2017	2016
Empréstimos e Financiamentos	0	2.777.194
Fornecedores	0	16.640
Obrigações Tributárias (1)	500.122	722.370
TOTAIS	500.122	3.516.204

(1) Parcelas de encargos sociais, a vencer após exercício subsequente (valores líquidos).

3.11 – SALDO PATRIMONIAL

3.11.1 - O saldo patrimonial em 31/12/2017 é de R\$ 31.861.556,00 (R\$ 24.535.618,02 em 2016), acrescido que foi no exercício em R\$ 7.396.550,26 do Superávit do exercício e redução de R\$ 70.612,00 ref. a ajustes diversos;

3.11.1.1 Outro aspecto a ser considerado é quanto à apropriação de cotas estatutárias pela competência onde apurou-se o valor de R\$ 7.605.971,28; este, ajustado ficaria em com resultado devedor. No entanto, devido ao sistema de contabilização comercial, o saldo apurado está correto.

3.12 – CONSIDERAÇÕES FINAIS – EVENTO SUBSEQUENTE

Registramos a existência de evento subsequente na data do encerramento do exercício que tenha ou possa a vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade, decorrente da Cessão de Créditos firmados com a CASAG, uma vez que consta em a sua Cláusula Terceira a incidência de cotas estatutárias em apenas 55% dos créditos cedidos.

4 – ANÁLISE DA ESTRUTURA ECONÔMICA E FINANCEIRA

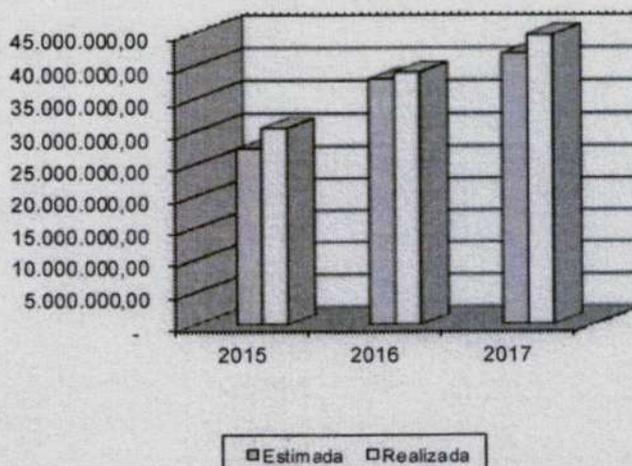
4.1 - Receitas

A Seccional OAB/GO realizou as receitas abaixo:



Exercícios	Receita		
	Estimada	Realizada	Percentual
2015	27.369.069,00	30.474.929,00	111,35%
2016	37.951.574,00	38.972.236,00	102,69%
2017	41.867.935,00	44.680.771,22	106,72%

Comparativo da Receita Estimada x Realizada



- 4.1.1** No valor acima, referente a 2017, constam R\$ 7.439.453,86 (R\$ 7.717.853,94 em 2016 CFOAB) se refere a “auxílio financeiro” da CASAG, pela conversão de cotas estatutárias decorrente do recálculo dos exercícios de 2012 a 2015, bem como aos saldos existentes. A receita líquida evoluiu em 19,16% e a receita bruta em 14,65% em relação ao exercício anterior;
- 4.1.1.1** A arrecadação de anuidades, pela competência, foi de R\$ 27.093.016,62 e, para efeito de base de cálculo para apuração das cotas estatutárias alcançou R\$ 19.770.860,26 (inclusão de juros e atualização monetária em R\$ 603.654,77 e exclusão de anuidades não recebidas R\$ 7.603.971,28 e cancelamentos de anuidades em R\$ 788.489,67); não ocorreu a individualização das anuidades de exercícios anteriores fato que impossibilita a análise do esforço de recuperação de créditos.
- 4.1.2** As receitas decorrentes de “taxas e emolumentos” alcançaram R\$ 2.504.000,71 (R\$ 2.166.060,63 em 2016) inscrição R\$ 781.878,95, carteiras R\$ 527.187,72 e “taxa de compromisso R\$ 245.765,84) são as principais.
- 4.1.3** Em inscrições diversas realizou-se R\$ 4.260.456,09 (R\$ 3.839.685,37 em 2016), sendo que fotocópias em R\$ 1.346.281,38 (despesas com aluguel de equipamentos em R\$ 1.106.597,66), inscrição em cursos e eventos em R\$ 1.170.370,99, Exame de Ordem aportou receitas no valor de R\$ 724.392,27 (R\$ 897.195,11 em 2016), são as principais.

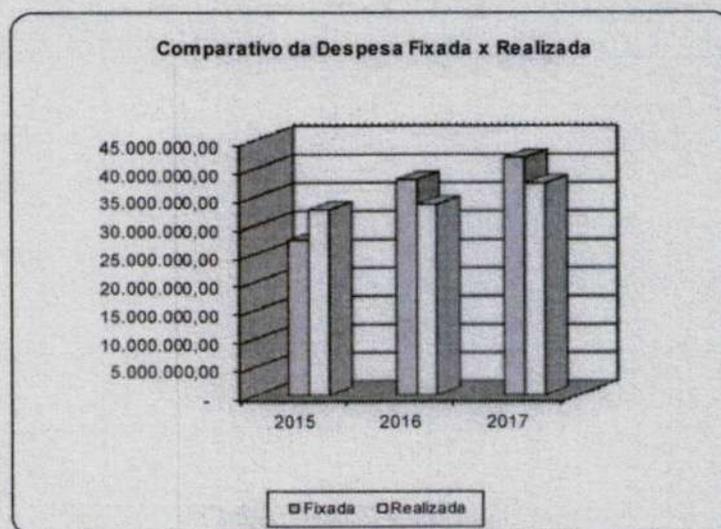
4.1.3.1 Destaque-se o valor de R\$ 363.186,34 (R\$ 349.104,99 em 2016) com recuperação de despesas "Baile do Rubi" e reembolso efetuado pela CASAG ref. as despesas de manutenção do Clube (CEL) no 1º semestre de 2017 em R\$ 1.345.342,98 e receitas com o Fundo Cultural de R\$ 576.431,32;

4.1.4 As receitas financeiras em R\$ 1.063.732,54 contem juros e autalizações monetárias sobre anuidades (R\$ 603.654,79 e R\$ 81.410,34, respectivamente), onde as aplicações financeiras alcançaram o valor de R\$ 306.260,32 (R\$ 178.548,51 em 2016), mesmo diante das elevadas dificuldades enfrentadas no exercício, fato que aponta para uma boa recuperação financeira da Seccional.

4.2 - Despesas

As despesas totais, por sua vez, tiveram a seguinte realização:

Exercícios	Despesas		
	Fixada	Realizada	Percentual
2015	27.369.069,00	32.672.109,00	119,38%
2016	37.951.574,00	33.592.863,00	88,52%
2017	41.867.935,00	37.284.220,96	89,05%



4.2.1 Em relação a 2017 apresentou um evolução de 10,99% em cotejo com a evolução de 14,65% da receita, fato positivo, resultado do esforço da diretoria no ajuste da estrutura operacional da Seccional, em que pese a evolução bem acima dos índices de inflação do exercício 2,07% (INPC/IBGE).

4.2.1.1 A Seccional registra seus investimentos, de forma correta, no imobilizado, uma vez que utiliza a contabilidade comercial.

(Assinatura)

4.2.2 Para melhor compreensão, detalhamos abaixo os principais grupos de despesas:

Despesas	2017			2016	2017/2016
	Orçadas(*)	Realizadas	%	Realizadas	%
Despesas com Pessoal	13.884.855,00	12.744.429,38	91,79	12.729.492,00	100,12
Materiais De Consumo	378.050,00	921.706,60	243,81	612.859,00	150,39
Serviços Terc. - Pessoa Física	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
Despesas Financeiras	1.442.565,00	1.323.347,24	91,74	1.253.114,00	105,60
Energia Elétrica	572.706,00	624.351,06	109,02	779.896,00	80,06
Apoio Admin. Técnico Operac	933.330,00	1.039.362,16	111,36	1.391.320,00	74,70
Serviços Postais	455.953,00	509.466,38	111,74	299.728,00	169,98
Serviço Telefonia	85.679,00	342.132,90	399,32	730.986,00	46,80
Locação Máq./Equipam. e Imóveis	949.567,00	1.106.597,66	116,54	1.062.112,00	104,19
Serv. Técnicos Profissionais	913.003,00	348.770,80	38,20	554.293,00	62,92
Serviços de Internet	225.897,00	451.852,51	200,03	395.838,00	114,15
Anúncios e Publicações	366.790,00	1.166.916,39	318,14	676.623,00	172,46
Viagens e Representações	495.799,00	694.471,76	140,07	428.922,69	161,91
Eventos Institucionais	1.175.195,00	2.166.177,25	184,32	1.132.871,00	191,21
Outros Serv. Terceir. - Pes. Jurídica	4.636.232,00	4.894.729,87	105,58	3.013.655,31	162,42
Sub Total - Despesas Custeio	26.515.621,00	28.334.311,96	106,86	25.061.710,00	113,06
Repasse às Subseções	1.450.434,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Conselho Federal OAB	2.768.179,00	2.688.595,66	97,13	2.437.472,00	110,30
FIDA	553.636,00	537.719,13	97,13	487.494,00	110,30
Fundo Cultural	830.454,00	806.578,66	97,13	731.242,00	110,30
Caixa de Assistência Advogados	5.536.352,00	4.917.015,55	88,81	4.874.945,00	100,86
Sub Total - Transf. Correntes	11.139.055,00	8.949.909,00	80,35	8.531.153,00	104,91
Equipamentos/Mat. Permanente	435.170,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Obra/Andamentos e Instalações	564.919,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Amortização Dívida - Empréstimos	2.656.630,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Reserva de Contingência	556.540,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Sub Total Investimentos	4.213.259,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
TOTAL	41.867.935,00	37.284.220,96	89,05	33.592.863,00	110,99

(*) Valores obtidos por aproximação

4.2.3 Por utilizar uma classificação contábil bem diferente daquela utilizada pelo Sistema OAB, a análise das despesas não apresenta a consistência adequada. Processamos diversos ajustes e reclassificações, buscando-se um nivelamento com a classificação utilizada;

4.2.3.1 Nas despesas de “pessoal” destacamos o comprometimento de 44,98% (50,79% em 2016) das despesas correntes e 64,45% (68,35% em 2016), das receitas líquidas de anuidades, em cotejo com os parâmetros adotados de 40,0% e 35%, respectivamente. A distorção decorre, principalmente, do acréscimo havido nas despesas de custeio e da baixa arrecadação efetiva de anuidades (R\$ 19.770.860,26).

- 4.2.3.2** A Seccional praticamente manteve os mesmos 422 funcionários do exercício anterior, distribuídos na sede, Subseções e salas de advogados e delegacias. O Clube foi transferidos à CASAG que absorveu as despesas de custeio da atividade.
- 4.2.3.3** As despesas de custeio evoluíram em 13,06% (6,66% em 2016 de redução em relação a 2015), como resultado da continuidade do esforço de contenção de despesas para ajustá-las à real capacidade financeira da Seccional.
- 4.2.3.4** Nas despesas financeiras (R\$ 1.323.347,24), destacamos o valor de R\$ 871.931,39 decorrentes de juros e multas sobre os empréstimos contratados para suprir as deficiências de caixa da Seccional que, ainda, se encontra em processo de recuperação econômico e financeiro;
- 4.2.3.5** Análise mais detalhada das demais despesas restou prejudicada diante do sistema de contabilização, uma vez que a estruturação do plano de contas não segue a mesma distribuição da proposta orçamentária (esta, encontra-se mais bem sintonizada com o Sistema OAB), em que pese o excelente nível de detalhamento adotado e consistência dos registros contábeis.
- 4.2.3.6** Atentar para o volume de despesas para o 2º semestre de 2018 (§1º art. 8º Prov. N. 101/03), na hipótese de inexistência de “cobertura financeira”.

4.3 – RESULTADO OPERACIONAL

- 4.3.1** O cotejo de receitas arrecadadas com despesas realizadas teve a seguinte movimentação:

CONTA	VALOR R\$
1. Receita Efetiva Arrecadada	44.680.771,22
2. Despesa Efetiva Realizada	37.284.220,96
3. Superávit Orçamentário	7.396.550,26
% Variação s/Receitas Totais	16,55

- 4.3.1.1** Nas Receitas acima, além da contabilização pelo regime de competência (correto), estão inclusos o valor de R\$ 7.603.971,28, referente as anuidades a receber de 2018, bem como o “auxílio financeiro” de conversão de cotas estatutárias de 2012 a 2015, da CASAG no valor de R\$ 7.439.453,86.
- 4.3.1.2** O ajuste, na hipótese de se considerar a receita efetivamente realizada reduziria o resultado do exercício para um pequeno déficit orçamentário de R\$ 207.421,02. No entanto, repetimos, por contabilizar sua operações pela contabilidade comercial o sistema de apuração de superávit orçamentário de R\$ 7.396.550,26 está correto.

4.4 – FINANCEIRO

- 4.4.1** A OAB/GO aplicou a anuidade cheia para advogado com mais de 05 anos de inscrição de R\$ 992,00 com vencimento para 28.02.17, e possibilidade de desconto de 10% para pagamento até a 10.02.17 (R\$ 893,00); parcelamento em 06 de R\$ 171,50 (1.029,00) ou

11 de R\$ 97,00 (R\$ 1.067,00). O valor é reduzido progressivamente para inscrições de 01 a 05 anos (R\$ 793,50) e R\$ 545,50, para advogado em início de carreira. A formalização dos valores foi instituída pelo Processo 2016/0425 de 14.12.2016 (Publicado DJ/GO de 20.12.16).

4.4.2 O orçamento inicial foi de R\$ 34.791.340,07, aprovado na Sessão Ordinária de 14.1.16; houve uma suplementação para R\$ 41.867.935,00, aprovada, por unanimidade, na Sessão de 01.11.17.

4.4.2.1 Posteriormente, foi reformulado para R\$ 41.867.935,00, instruído pelo processo n. 201609425 e foi aprovado, à unanimidade, na sessão de 01.11.2017 e publicado no Diário Oficial (fls. 32 de 07.11.2017).

4.4.3 A inadimplência da Seccional encontra-se elevada (cerca de 23,22% em 2016), pelo critério de anuidades a receber em relação às emitidas (R\$ 5.745.522/24.742.439).

4.4.4 A apuração das cotas devidas no exercício de 2017 aponta os seguintes valores:

Item	Discriminação	Previsto R\$	Realizado R\$	Repasse	Saldo
1	Anuidade Integral do Exercício/Anterior	26.936.069,00	27.559.666,04		
2	Juros e Correção Monetária s/Anuidades	724.784,00	603.654,77		
3	Anuidades do Exercício não recebidas	0,00	-7.603.971,28		
4	Devolução/Cancelamentos de Anuidades	0,00	-788.489,27		
4	Receitas de Contribuições (1+2)	26.936.069,00	19.770.860,26		
A	Cota Parte do FIDA 2%	538.721,38	395.417,21	16.163,24	379.253,97
B	Cota Parte do Fundo Cultural 3%	808.082,07	593.125,81	712.895,39	-119.769,58
C	Cota Parte do Conselho Federal 5%(1)	2.693.606,90	988.543,01	980.991,90	7.551,11
D	Cota Parte da CASAG 20% (2)	5.387.213,80	3.954.172,05		3.954.172,05

(1) Consta Ajuste de redução para 5,0% p/exercício 2017

(2) Valores apurados nas demonstrações financeiras da CASAG;

4.4.4.1 Os saldos de cotas estatutárias acima, à exceção do Fundo Cultural, devem ser ajustados em as obrigações, uma vez que foram apropriadas pelo regime de competência; quanto À CASAG, os valores devem ser ajustados nos termos do ponto 3.9.4;

4.4.5 No encerramento do exercício a liquidez corrente é de R\$ 0,89/1,00 (R\$ 0,72/1,00 em 2016) ou seja, em que pese a boa recuperação havida, ainda permanece negativo o capital de giro próprio, fato que aponta para a necessidade de maior recuperação dos créditos, uma vez que houve uma significativa redução nas despesas.

5. – RECOMENDAÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DO CONTROLE INTERNO

Destacamos, por ordem de apontamento, os principais itens que merecem maior atenção da diretoria da Seccional OAB/GO, para otimização dos procedimentos operacionais:

5.1 Adequar o plano de contas à estrutura orçamentária que segue o direcionamento do Sistema OAB, para possibilitar o nivelamento dos parâmetros de análise da gestão operacional, tais como: Nas despesas, organizar o plano de contas segundo a padronização existente (grupo Pessoal, Encargos sociais, Material de consumo, Serviço de Terceiros – Pessoa Física e Pessoa Jurídica (nesta, separar anúncios e publicações, passagens aéreas, hospedagens, telefonia fixa e móvel, confecção de carteiras, serviços

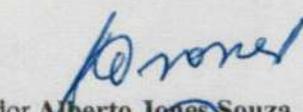
de manutenção, de software, etc), Eventos, ESA (Fundo Cultural), Financeiras, Subseções, Transferências financeiras, Não operacionais (depreciações), Despesas de capital e manter em “outras despesas diversas” tão somente aqueles registros esporádicos, dentre outros.

- 5.2 Adotar o registro/controlado contábil das “anuidades a receber”, com provisionamento dos “devedores duvidosos”, para melhor orientação da apuração do real valor das cotas estatutárias, bem como do resultado do exercício, em adequação às práticas adotadas nos Sistema OAB.
- 5.3 Adotar uma política mais agressiva de recuperação de crédito, por exemplo, adoção do procedimento de negativação dos inadimplentes que tem se mostrado eficiente no Sistema OAB e envolver as Subseções na recuperação dos créditos; recompensar esse “esforço de cobrança” na distribuição dos duodécimos de manutenção delas.
- 5.4 Processar o ajuste necessário no termo de cessão de crédito quanto ao entendimento de incidência de cots estatutárias tão somente no percentual de 55% do valor da anuidade.
- 5.5 Imobilizado – Processar o inventário anual (inclusive, junto às Subseções) dos bens com os ajustes contábeis necessários e, ainda, observar a complementação dos registros de depreciação. Regularizar a situação dos imóveis que foram transacionados com a CASAG.
- 5.6 Passivo Financeiro/Cotas Estatutárias – Regularizar os saldos devidos ao CFOAB, FIDA e CASAG, uma vez que nos registros financeiros destes, constam valores bastante divergentes e incluir as obrigações estatutárias dos valores apontados no item “4.4.4”.
- 5.7 Gestões no sentido de reduzir drasticamente a quantidade de Subseções e salas de advogados, notadamente naquelas Subseções com menos de 50 registros existentes, diante do elevado custo de manutenção de tais serviços. Ressalte-se que o uso da internet propiciou a eliminação de diversos serviços demandados fisicamente nas Subseções, fato que justifica a eliminação de muitas delas. Em que pese o peso político envolvido, deve-se aprofundar as reflexões nesse sentido.
- 5.8 Gestões/negociações com a CASAG de manutenção do benefício de redução do percentual de cotas estatutárias, pelo menos, até a regularização do fluxo de caixa da Seccional.
- 5.9 Adotar o orçamento anual como instrumento de gestão, processando-se os ajustes que se fizerem necessários, notadamente, na execução.
- 5.10 Acompanhar estreitamente o limite de despesas para o 2º semestre de 2018 (§1º art. 8º Prov. N. 101/03), na hipótese de inexistência de “cobertura financeira”.
- 5.11 Outras Recomendações – No decorrer dos nossos trabalhos constatamos situações que devem ser melhor acompanhadas pela diretoria da Seccional OAB/GO, notadamente quanto aos seguintes procedimentos:

- 5.11.1 Estreitar o relacionamento com a Caixa de Assistência no tocante à troca de informações gerenciais pra o correto registro de receitas, bem como a aplicação dos recursos, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 9º do Prov.N. 101/3.
- 5.12 Recomendamos que o presente Relatório de Auditoria e Certificado/Opinião, em conjunto com as demais peças que compõem o processo de Prestação de Contas do Exercício de 2017, nos termos dos artigos 2º e 4º do Provimento n. 101/03, sejam encaminhados à douta TCA do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para as devidas providências.

É o que temos a relatar.

Goiânia - GO, 17 de maio de 2018.


Contador Alberto Jones Souza
CRC-DF nº 4.4540-0/OV
Gerente da Controladoria do CFOAB